

A MEMÓRIA SOBRE A LEPRA NO DISCURSO FUNDADOR RELIGIOSO*



Washington da Silva Santos**, Edvania Gomes da Silva***

Resumo: *a partir da acepção de que o discurso religioso é um discurso constituinte e que o termo lepra, associado a uma doença contemporânea, a hanseníase, circula frequentemente dentro deste discurso, discutimos neste artigo como o termo lepra circula conferindo múltiplos sentidos a fim de constituir uma certa memória. Objetivando verificar que discursos se encontram materializados a partir do campo religioso em relação à lepra e norteiam, pela memória, práticas de saúde pública na contemporaneidade, desenvolvemos nossa análise a partir do texto bíblico do livro de Levítico em seu capítulo treze.*

Palavras-chave: *Lepra. Discurso Religioso. Discurso Fundador. Memória.*

O termo lepra retoma, ao mesmo tempo em que reconfigura, uma série de efeitos de sentido¹ que estão relacionados a uma memória que se constituiu ao longo do tempo. Tais efeitos se inscrevem dentro da temporalidade, persistindo por durações não determinadas, bem como se reinscrevendo nesta mesma temporalidade a partir de configurações e reconfigurações que estão relacionadas a diferentes condições de possibilidade². Nesta acepção, há diferentes efeitos de sentido ligados ao termo lepra: impureza, independentemente da natureza desta; pecado; maldição; consunção física e, de certa forma, moral; ostracismo e perda de identidade, para citar apenas os efeitos de sentido que mais apareceram no corpus da pesquisa que deu origem a este artigo.

* Recebido em: 30.10.2019. Aprovado em: 25.11.2019.

** Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Professor Assistente do DS I (UESB). *E-mail:* wssfisio@hotmail.com

*** Doutora em Linguística (UNICAMP). Professora Titular do DELL (UESB). Docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UESB). *E-mail:* edvaniagsilva@gmail.com

Com base nessas diferentes concepções, discutimos, neste artigo, o que é tematizado sobre a lepra a fim de verificar, no texto bíblico, os enunciados a partir dos quais tais efeitos foram se constituindo ao longo da história. Trata-se, portanto, de verificar como diferentes enunciadores, subjetivados em diferentes posições, abordaram este tema. Tal discussão será desenvolvida com base na análise de extratos de textos da Bíblia Sagrada em diferentes versões, todas direcionadas ao protestantismo³. Dessa forma, buscamos elucidar parte do processo de construção do que na atualidade parece ser uma memória que permanece, mesmo que (re)configurada, sendo associada a uma doença contemporânea, a hanseníase. Esta associação da lepra com a hanseníase remete a outro campo no qual a questão da lepra pode ser abordada: o discurso médico-científico. No Brasil, quando analisamos publicações oficiais do Governo Federal, verificamos que permanecem dúvidas acerca da relação entre lepra e hanseníase. Em um dos programas da Secretaria Especial de Direitos Humanos, por exemplo, lemos que “o nome ‘lepra’ foi substituído por hanseníase somente em 1995” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015) e isto por força de lei. Contudo, a questão da substituição dos termos é tão controversa que, na mesma *webpage*, há uma informação de que o termo lepra foi proibido de ser utilizado em documentos oficiais do Ministério da Saúde desde 1976.

Por tudo isso, objetivamos verificar que discursos se encontram materializados a partir do campo religioso em relação à lepra e, a partir deste campo, orientam práticas de saúde pública na contemporaneidade. Entendemos que ao analisar parte do texto bíblico há uma aproximação no sustentáculo do discurso religioso, embora compreendamos que futuras análises possam ser empreendidas utilizando outras fontes em paralelo. Para tanto, partindo das hipóteses segundo as quais: i) o discurso religioso é um discurso constituinte; e ii) o termo lepra circula bastante no interior deste discurso; defendemos, aqui, que o tema da lepra funciona, no referido campo, conferindo sentido a atos de coletividade a fim de garantir uma certa regularidade no/do discurso (MAINGUENEAU, 2008). Estes atos de coletividade são aqui entendidos como relacionados às práticas desenvolvidas nos meios pentecostal e neopentecostal e que se encontram embasadas em um possível discurso segundo o qual a lepra é um elemento de segregação. Os chamados meios pentecostal e neopentecostal, aqui referidos, são analisados na tese da qual foi extraído este artigo a partir das práticas da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Universal do Reino de Deus, respectivamente. Desta feita, entendemos que o pensamento social a respeito de determinado tema pode encontrar sustentáculo nos mais diversos discursos e são estes mesmos discursos que pretendemos examinar ao pensar o funcionamento da sociedade no que tange ao tema da lepra.

Para tanto, inicialmente, discutimos a noção de discurso constituinte, conforme proposta de Maingueneau e Cossutta (1995), a fim de verificar se um possível discurso sobre a lepra está relacionado ao campo religioso, analisando, ainda, a correlação deste campo com a Bíblia, enquanto texto fundador. Nessa pers-

pectiva, defendemos que, estando vinculado ao discurso religioso, o qual, segundo os autores citados, é um discurso constituinte, o tema da lepra assume efeitos de sentido que se perpetuam e/ou se reconfiguram a partir da memória fazendo com que, cada vez que este tema seja evocado na atualidade, haja certa vinculação ao texto bíblico. Mostramos, assim, nas análises empreendidas neste artigo, que o texto bíblico cristão se estabelece como texto fundador dos efeitos de sentido que circulam, também na atualidade, sobre a lepra, tendo papel crucial na construção da memória que persiste acerca deste tema.

A NOÇÃO DE DISCURSO CONSTITUINTE

Em um artigo publicado em 1995, na *Revista Langages*, Maingueneau e Cossuta apresentam à comunidade científica, em especial àqueles interessados na Escola Francesa de Análise de Discurso, uma nova categoria, a de discursos constituintes, que agrupa uma série de discursos, dentre os quais o religioso, o filosófico, o literário, o científico, e que permite “pôr em evidência propriedades comuns (desses discursos) que são invisíveis ao primeiro olhar” (MAINGUENEAU, 2008, p. 37).

A pretensão desses discursos, definidos como constituintes, é de não reconhecer qualquer outra autoridade sobre si, além de sua própria. Desta forma, o efeito que se estabelece é que esses discursos fundam, mas não são fundados por quaisquer outros (MAINGUENEAU; COSSUTTA, 1995). Nesse sentido, não há qualquer ação externa das diversas outras zonas de produção verbal que possa influenciar tais discursos, pois, independentemente da interação entre discursos constituintes e não constituintes, os primeiros têm por natureza submeter os últimos a seus próprios princípios.

A respeito desta submissão imposta pelos discursos constituintes sobre os não constituintes, destacamos uma função simbólica operacionalizada pelos autores citados para esclarecer tal funcionamento, a noção de *archeion*. Tal termo remete ao lugar de funcionamento de autoridade, exemplificado pelos autores desde a ideia de lugar físico, como um palácio, a sede de um possível poder monárquico, até um corpo de magistrados, associado à autoridade jurídico-legal e mesmo a arquivos públicos, que encerram em si a autoridade de legitimar documentos e registros históricos⁴. Deve-se esclarecer que os discursos constituintes encerram em si, a partir desta noção de *archeion*, uma certa concepção de autoridade última. Estes discursos são ao mesmo tempo auto e heteroconstituintes, “duas faces que se supõem reciprocamente: só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos” (MAINGUENEAU, 2008, p. 39). Partindo, portanto, desta citação de Maingueneau, detemo-nos no tema inicialmente proposto, a lepra. A partir do texto bíblico, brevemente analisado adiante, verificamos que um dos efeitos que circulam acerca do indivíduo leproso é aquele que estabelece uma relação parafrástica entre leproso e imundo. Se considerarmos essa relação como vinculada a certo discurso constituinte,

que tematiza sobre si mesmo e a partir do qual outros discursos se constituem, é possível entender que este efeito de sentido, tomado a partir do texto bíblico, o qual exerce posição de autoridade sobre o discurso religioso, estabelece que o leproso é um indivíduo imundo cerimonialmente. Entendemos assim que, com base em certa memória que se fundamenta no texto bíblico, o leproso deve ser considerado indigno da presença divina, estando, portanto, impedido de compartilhar do mesmo espaço com os demais fiéis, os “puros”. Ao mesmo tempo, este efeito de impureza é reconfigurado para permitir a emergência da noção de sanitização e higienização das cidades, a exemplo do que aconteceu em Parintins no início do século XX⁵, onde, para higienizar, suscitou-se a necessidade de limpar as cidades e parte desta limpeza deveria ser feita afastando aquilo que poderia torná-las imundas. Nessa perspectiva, uma das medidas adotadas foi afastar os leprosos da cidade, o que, tendo vista o objetivo de sanitizar, justifica a segregação destes “leprosos” para longe do convívio com os demais cidadãos devidamente higienizados (ARCHANJO; ARCHANJO, 2016).

Estes discursos constituintes não apenas tematizam sobre si em sua constituição, mas também funcionam imbrincados aos demais discursos constituintes, renegociando seu estatuto em relação aos demais. No artigo de Maingueneau e Cosutta (1995), tal relação é exemplificada com base na ligação existente entre o discurso científico e suas relações de negociação e confronto com os discursos religioso e filosófico. Os discursos constituintes supõem ainda um permanente conflito entre diversos posicionamentos, os quais são inseparáveis dos grupos que os elaboram e os fazem circular, gerindo-os (MAINGUENEAU; COSSUTTA, 1995; MAINGUENEAU, 2008). Esta noção de posicionamento que parte de uma gestão local busca autorizar-se, de uma forma aparentemente paradoxal, pois supõe uma “fala” globalizada, mas sem utilizar-se de uma doxa globalmente partilhada. Tal paradoxo, apenas aparente, se constitui porque cria-se um efeito segundo o qual os enunciadores falam em nome de Deus, no caso do discurso religioso, e se dirigem ao conjunto dos homens, mas o que de fato acontece é que esses enunciadores falam a uma comunidade reduzida: os que partilham do referido posicionamento. Desta feita, a suposta fala global acaba sendo realizada, paradoxalmente, de maneira local, ou seja, a partir de uma doxa, conjunto de crenças, restrito e localizado. Assim, retomando o tema da lepra, e assumindo o texto bíblico como parte de certo discurso constituinte que se autoriza a falar sobre o tema a partir do contexto judaico cristão, podemos verificar que uma doutrina local, a lei mosaica, que foi instituída aos judeus pós-êxodo, permite o surgimento de um efeito de sentido ligado ao tema da lepra: o de que a pessoa que têm a referida doença é um indivíduo imundo. Essa concepção foi reconfigurada, uma vez que a noção inicial, caracterizada no texto bíblico, é de imundície cerimonial, o que torna os indivíduos leprosos inaptos à convivência com aqueles considerados puros diante da presença divina, de tal forma que, na atualidade, o uso do termo leproso autoriza globalmente o deslocamento do efeito de imundo que diz respeito também a indivíduos leprosos, os quais são vistos como inadequados

à sociedade. Essa inadequação é pensada quando consideramos as noções de sanitização das sociedades modernas e a necessidade de purificar os ambientes urbanos dos indivíduos ditos impuros.

Este caráter constituinte de certos discursos confere uma particular autoridade a seus enunciados, o que vai além da distinção empírica entre as produções orais e gráficas, isto porque inscrever não significa necessariamente escrever. Assim, apesar das produções gráficas serem “escritas”, tanto estas quanto as produções orais, quando partem da enunciação em discursos constituintes, podem ser inscritíveis em outros discursos. Destarte, produzir uma inscrição, segundo Maingueneau e Cossuta (1995), é não mais falar por si, mas a partir dos traços de um Outro invisível, que associa enunciadore-modelo do posicionamento defendido e, em certa instância, a presença da Fonte que funda o discurso, o que neste caso pode ser entendido como a “Verdade Divina” exposta no texto bíblico. Desta forma, ainda que tais enunciados estejam aparentemente fechados em uma organização interna, eles são passíveis de reinscrição em outros discursos, situando-se em um interdiscurso de tal maneira que se mostram como citáveis.

Os autores citados acima afirmam ainda que a reinscrição é uma possibilidade veemente a estes enunciados, o que dá a entender que estes alimentam toda uma relação interdiscursiva, destacando-se ainda que falar sobre discursos constituintes não é referir-se apenas ao estudo de alguns textos privilegiados. Considerando-se o tema proposto, não é possível tomar apenas a Bíblia cristã como única verdade usada para explicar um possível discurso sobre a lepra, é preciso também lançar mão de textos que criticam, refutam ou mesmo discutem os textos bíblicos. Assim, a partir desta diversidade textual, podem-se distinguir, à luz de tal temática, dentre outros: textos ou gêneros primeiros e textos ou gêneros segundos, assim como, mas não de forma sinônima, textos fundadores e não fundadores. Deste modo podemos supor, dado o momento de inscrição histórica do texto bíblico veterotestamentário, que a Bíblia, ao tratar da forma de identificar o leproso e da maneira como se deve lidar com tal sujeito, pode ser considerada um texto fundador, pois instaura enunciados que vinculam efeitos de sentido ao ser leproso. Tais efeitos, como veremos adiante, são reinscritos a partir da memória, e reconfigurados em diferentes temporalidades.

Um último aspecto discutido pelos autores quando tratam dos discursos constituintes é a caracterização de sua cena enunciativa. Para tal caracterização, os autores estabelecem uma correlação entre três instâncias que podem elucidar seu funcionamento: a cenografia, o código linguageiro e o *ethos*. O termo cenografia implica a inscrição do enunciado, sua grafia, em uma certa cena, no entanto, isto não deve ser entendido como ligado a uma certeza ou a uma estabilidade imutável. Na verdade, esta cena deve ser entendida para além da noção de quadro, sendo apenas plenamente elucidada quando associada também à ideia de um processo que funciona discursivamente, validando-se apenas por uma relação cíclica que também inclui o uso de um código linguageiro e de um *ethos* que autoriza a locução de seus enunciados. O código linguageiro pode ser entendido como

“a maneira como um posicionamento mobiliza a linguagem apreendida na pluralidade das línguas e de seus registros – em função do universo de sentido que procura impor” (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2014). Desta forma o código linguageiro transcende o uso que se faz de uma língua, associando-se mais adequadamente à noção de interlíngua, ou seja, da interação entre línguas, registros e variedades de línguas acessíveis em uma determinada conjuntura. Como exemplo, Charadeau e Maingueneau (2014) explicam que a obra *O Discurso do método*, de Descartes, não foi “apenas” escrita em francês, mas houve certo uso da língua francesa que enquadra a obra como escrita em certa linguagem filosófica. Em relação ao *corpus* analisado (os extratos de textos bíblicos que tratam da lepra), deve-se entender que apesar de a Bíblia ter sido escrita originalmente em hebraico, aramaico e grego, é possível afirmar que seu código linguageiro é a linguagem sacra. Por isso, enquanto texto de domínio universal e independentemente de ter sido traduzido para uma diversidade de línguas escritas existentes, a noção de linguagem sacra não se perde.

Com base nesta concepção de código linguageiro, a qual suscita a noção de uma interlíngua, é possível compreender o porquê, dada a noção de texto de domínio universal, do efeito de imundo em relação ao leproso ter transcendido o uso judaico da palavra imundo, em seu contexto original. Entendida a linguagem bíblica como texto sacro, verificamos que houve uma inscrição do efeito de sentido de imundo na composição de enunciados que são inteligíveis não apenas na língua mãe em que foi originalmente concebido, mas, a partir desta interlíngua, sua inteligibilidade é “estendida”, pois está sustentada na autoridade do texto sacro, e não apenas nos sentidos que o termo imundo possa ter na língua judaica.

Além de certa cenografia e de certo uso linguageiro, que confere inteligibilidade ao enunciado, há também uma voz, certo tom que se expressa no enunciador a partir de sua própria postura corporal. Esse *ethos*, essa expressão corporal que materializa o discurso por meio de um certo “tom”, retomando o exemplo até então trabalhado sobre o tema da lepra, vai tornar inteligível certa postura corporal de quem enuncia sobre um outro: “se você é leproso, então é também um imundo”.

Nas seções seguintes, buscamos clarificar esse funcionamento à medida que analisamos parte do texto bíblico que propomos como texto fundante no que concerne à discussão sobre a lepra a partir da ótica do discurso religioso.

TEXTO FONTE E MEMÓRIA DISCURSIVA: A BÍBLIA EM FOCO

Para uma tentativa de entendimento do porquê da existência de uma certa memória sobre a lepra, apresentamos algumas considerações, com base, inicialmente, em Fonseca-Silva (2007), especialmente quando a autora retoma uma série de autores para esclarecer os conceitos de domínios de memória e de memória discursiva. Com isso, buscamos apresentar o conceito de memória discursiva e fazer uma aproximação deste conceito com o tema da lepra.

Segundo Fonseca-Silva (2007), Courtine (1981) opera um deslocamento no conceito de *campo associado* ou *domínio de memória*, trabalhado por Foucault, para cunhar e fazer funcionar em seu trabalho o conceito de memória discursiva, a qual intervém no nível do interdiscurso (FONSECA-SILVA, 2007, p. 23). Segundo o próprio Courtine (2014[1981], p. 106), existem “discursos que originam um certo número de novos atos, de palavras que os retomam, os transformam ou falam deles”. Compreendemos que o que é enunciado no interior das práticas discursivas religiosas, seguindo esta noção de memória discursiva, não apenas “fala” para o instante, mas permanece para toda e qualquer outra enunciação que se valha desta fala, bem como se enuncia a partir de um já dito que permaneceu na memória.

É de nosso especial interesse o entendimento desta memória discursiva no que tange aos textos religiosos e, mais especificamente, ao que, nos arriscaríamos chamar, de certo discurso sobre a lepra, analisado a partir do livro bíblico de Levítico, pois defendemos que o referido livro inaugurou novos atos, expressão utilizada por Courtine (2014[1981]), sob a forma de palavras que foram e são retomadas, bem como formulações discursivas realizadas e que viriam a ser realizadas, uma vez que este texto enunciou uma série de efeitos de sentido sobre a lepra.

Para tanto, consideramos extremamente relevante verificar o que nos apresenta Pêcheux (2008[1983a]) acerca do discurso como estrutura e acontecimento, especialmente quando o referido autor defende que o acontecimento pode ser entendido “como o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008[1983a], p. 16). No tocante a tal discussão, defendemos que o texto bíblico de Levítico, em especial seu capítulo 13, surge como um acontecimento que instaura certa memória sobre a lepra, e que, a partir de então, será lido, relido e reconfigurado, mas permanecerá discursivamente na memória. Este acontecimento marca, no momento de sua instauração, uma tomada de posição, por parte do povo judeu, em relação à lepra e a certo sentido de imundície, o que, a partir da atualidade daquele acontecimento, funda, na memória, certa noção de exclusão.

Consideramos, para efeito deste artigo, a Bíblia como texto que surge como acontecimento a ler e a questão da memória como “estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização” (PÊCHEUX, 2015[1983b], p. 46). Nesse sentido, “a memória discursiva seria aquilo que vem restabelecer os “implícitos” de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2015[1983b], p. 46). Com base nessa perspectiva, considerar a Bíblia como acontecimento discursivo também permite compreender que a leitura desta obra auxilia no entendimento de pré-construídos que são restabelecidos a partir de sua enunciação e que, a partir da memória discursiva, nos permitem entender o efeito discursivo da ausência em face da presença, conforme defende Pêcheux (2015[1983b]).

Fonseca-Silva (2007), ainda com base em Courtine (2014[1981]), esclarece que “a regularização discursiva se desestabiliza diante de novos acontecimentos, num

jogo de força que busca, ao mesmo tempo, manter a regularização dos enunciados e perturbar a memória que pode absorver o acontecimento” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 24). Diante desta regularização, compreendemos que, face à análise de efeitos de sentido imbricados na memória discursiva, torna-se possível compreender os sentidos presentes em um acontecimento que os retoma na atualidade. Apesar deste jogo de força, uma vez compreendidos quais os efeitos de sentido são retomados por certa memória discursiva, como, no caso da lepra, os efeitos de exclusão, imundície, contágio, ostracismo, consunção, é possível entender, mesmo que face a novos acontecimentos, quais destes efeitos de sentido, como em um jogo de “cabo de guerra”, dentre os presentes em uma situação de enunciação qualquer, assumem certa supremacia e se fazem ouvir na atualidade. Poderíamos citar, por exemplo, a partir da existência de uma memória discursiva sobre a lepra, que a tentativa de apagamento do termo por força de lei, a partir da década de 1970, configura-se como um acontecimento que, entendemos, foi absorvido na memória por conta de um acontecimento, diríamos, muito mais “inscrível”, aquele que estabelece a lepra como lugar de exclusão.

A inscrição de certos acontecimentos⁶ sobre a lepra na memória é tal, como a enunciação do texto de Levítico 13, que podemos nos arriscar a utilizar alguns termos de Pêcheux e defender, com base no referido autor, que a lepra, a partir do texto bíblico, está pautada em implícitos que estão “ausentes por sua presença” (PÊCHEUX, 2015[1983b], p. 46). Assim, falar da lepra, ainda na atualidade, mesmo que sem uma remissão direta ao texto bíblico, é, mesmo na ausência desse texto, presentificá-lo no momento em que vêm à tona os efeitos de sentido de: doença que marca a carne, praga, exclusão, bem como impureza e culpa. Constatamos, ainda, que os enunciados que são tomados a partir do texto bíblico revelam uma relação interdiscursiva pautada na trama dos livros que compõem a Bíblia, escritos e enunciados em diferentes temporalidades, e que estabelecem uma ordem no discurso sobre a lepra, permitindo a compreensão, na atualidade, de uma memória sobre o referido tema. Esta relação entre os diferentes livros bíblicos, a qual revela o funcionamento de diferentes efeitos de sentido sobre a doença/praga, analisada posteriormente, persiste na memória, sendo atualizada e reconfigurada ao longo de certa temporalidade e atualizada com base em novos acontecimentos.

A LEPRA NO LIVRO DE LEVÍTICO: UM TEXTO FUNDADOR

Postular o texto bíblico cristão como texto fundador é também associá-lo ao estatuto de *Archéion* da produção verbal e dotá-lo da noção de estabelecedor de autoridade sobre aquilo de que trata. Neste sentido, conforme explicitado anteriormente, a Bíblia, enquanto *archéion*, deve ser entendida como o local de legitimação de enunciados e como estabelecadora de enunciados reinscríveis em outros discursos.

Considere-se ainda que o texto bíblico é composto por uma coletânea de livros de diferentes autores ligados à imagem de uma figura, cuja autoridade confere

validade ao que é dito. Em um sentido mais restrito, trata-se de uma adequação a um estado das coisas do mundo. Tal figura de autoridade assegura, ainda, certa adequação aos valores, aos fundamentos de uma certa coletividade (MAINGUENEAU, 2005). Essa figura, que confere este *status* de validade ao que é dito, é chamada por Maingueneau (2005) de hiperenunciador, e, no contexto da Bíblia, ainda que possa ser retratado por diferentes denominações, estas se vinculam a um mesmo referente, o qual é conhecido em tais livros por Deus, Jeová, Elohim ou, simplesmente, O Senhor. Esclarecemos, ainda, que, mesmo que o texto bíblico possa ser citado por diferentes locutores, o valor dos enunciados destes é estabelecido por uma instância impositiva que é tida como fonte de valores. Desta forma, a fonte de autoridade do enunciado bíblico não é atribuída a um enunciador presente, mas a uma instância superior, uma autoridade transcendente, que não é pragmaticamente associada a um indivíduo, a um locutor específico. Assim, ao acessar o texto bíblico, verificamos que nele a noção de autoridade não é atribuída a um sujeito pragmático, mas à autoridade que o valida, ou seja, ao seu hiperenunciador.

No livro bíblico de Levítico, em especial no capítulo 13, são apresentados os ditames sobre a lepra e o leproso, bem como o *modus operandi* de como lidar com tal indivíduo na sociedade de então. Verificamos, assim, que aquilo que é proposto no livro de Levítico não desapareceu com o tempo mas persiste na memória, sendo (re)configurado em diferentes temporalidades, subsistindo também na forma de crenças e de atitudes ainda tomadas em relação à doença na contemporaneidade.

O capítulo 13 de Levítico apresenta algumas noções sobre a lepra que gostaríamos de destacar para nortear algumas discussões em relação ao que subsiste como memória nas práticas discursivas. Inicialmente, verificamos que, em alguns enunciados que separamos, a lepra marca a carne ou a pele, conforme mostram as seguintes citações:

Excerto 1: Quando um homem tiver na pele da sua carne inchação, ou pústula, ou mancha lustrosa, na pele de sua carne como praga da lepra, então será levado a Arão, o sacerdote, ou a um de seus filhos, os sacerdotes (Lv 13,2)

Excerto 2: E, se a lepra se espalhar de todo na pele, e a lepra cobrir toda a pele do que tem praga, desde a sua cabeça até os seus pés, quanto podem ver os olhos do sacerdote (Lv 13,12).

Neste caso, os enunciados sob análise apresentam ao coenunciador a lepra como um mal que é visível, o qual marca o indivíduo de uma forma inconfundível e que pode ser identificado mesmo sem um olhar cuidadoso. Nesses primeiros enunciados, vemos que não há, ainda, o estabelecimento de uma figura de autoridade, pois eles mostram apenas que a carne é marcada. Dessa forma, qualquer um que seja capaz de identificar tal marca, pode verificar que o indivíduo foi acometido pela lepra.

Ainda sobre os enunciados apresentados acima, vemos que, também na atualidade, há um discurso segundo o qual a lepra marca a carne, discurso esse que apresenta uma concepção sobre a doença de que esta é visível e evidente, trazendo ao sujeito acometido a marca permanente e denunciadora de sua presença. Tal discurso parece estar presente no senso comum, inclusive em piadas, como mostra o seguinte exemplo extraído de um website (ALEX0709, 2019):

Excerto 3: Em uma cidadezinha do interior, a igreja estava de padre novo. Chegando lá, ele foi conhecer o Juca leproso, na casa do homem, o padre reparou que este não tinha um monte de parte da pele, nisso o Juca fala para a mulher: “Querida, o padre novo veio nos visitar, prepara um café. Quando a Maria leprosa chegou e serviu o café para o padre, este virou a xícara para não pegar na asa, o Juca reparou nisso e falou para a mulher: “Querida, olha, o padre pega na xícara igualzinho a gente” (grifo nosso)

Na piada apresentada, vemos a materialização de discursos acerca da lepra e do sujeito leproso. Este último é marcado, desde o nome (Juca leproso, Maria leprosa) pela doença. Além disso, a lepra é apresentada como contagiosa, uma vez que João Leproso é casado com Maria Leprosa, o que supõe que um deles transmitiu a doença ao outro, ou ainda, que leprosos devem se casar entre si. Contudo, em relação à marca na carne, vemos que a piada reatualiza discursos segundo os quais a lepra marca a pele, o que pode ser verificado no recurso ao verbo “reparar”, que, em sua primeira ocorrência no texto (grifamos), assume o efeito de sentido de “ver”, “observar”, “verificar”, ou ainda, “constatar” - o padre reparou que este não tinha um monte de parte da pele. O gatilho da piada, isto é, o momento que “dispara” o riso, ocorre quando Juca leproso diz a Maria que o padre pega na xícara igualzinho a eles, pois, nesse momento, o enunciador da piada mostra que a tentativa do padre de se esquivar do suposto contágio, ao evitar pegar na asa da xícara supondo ser o local tocado pelos leprosos, não apenas é frustrada, como também faz com que ele corra ainda mais riscos.

Verificamos, assim, que o discurso segundo o qual a lepra marca a carne está presente na memória coletiva, pois, para o senso comum, existe uma percepção de que o indivíduo com lepra é tomado por deformidades sob a forma de ulcerações e manchas, as quais, conforme vimos nos enunciados analisados (tantos os bíblicos quanto a piada), marcam-lhe a carne. Em relação à lepra como praga, temos, no texto de Levítico, os seguintes enunciados:

Excerto 4: Quando um homem tiver na pele de sua carne, inchação ou pústula, ou mancha lustrosa, na pele de sua carne e esta se tornar na sua pele como praga de lepra [...] Se o pelo na praga se tiver tornado branco, e a praga parecer mais profunda que a pele, é praga de lepra; o sacerdote o examinará, e o declarará por imundo (Lv 13,2-3).

Excerto 5: Mas, se a mancha na pele de sua carne for branca, e não parecer mais profunda do que a pele, e o pelo não se tornou branco, o sacerdote encerrará por sete dias aquele que tem a praga” (Lv 13,4).

Nos excertos 4 e 5, vemos que, além de marcar a carne (conforme excertos 1, 2 e 3), a lepra também é uma praga. Esse segundo efeito de sentido reforça o primeiro, o da lepra como algo que marca a carne. Afinal, a marca na carne serve, supostamente, para anunciar que aquele que foi acometido pela referida doença traz em si a danação. A marca funciona, portanto, como algo que indica/denuncia a praga, a qual é apresentada como consequência do pecado. Esse enunciado, segundo o qual a lepra é uma praga, indica, ainda, que deve haver um agente que a instituiu sobre o leproso. E, considerando o texto bíblico, o provável agente que instituiu esta praga é o próprio Deus, o que também pressupõe que o indivíduo acometido pela referida praga tenha pecado, uma vez que, segundo o discurso religioso, pragas são sanções a pecadores ou àqueles que vão de encontro às ordenanças divinas. Esta concepção de que o próprio Deus envia sobre o indivíduo este mal está relacionada também à palavra utilizada no texto original em hebraico, a qual pode ser traduzida por “praga” e também por: golpe, castigo, chaga, marca, nódoa (STRONG, 2011); quando usada com o sentido de golpe, aquele que golpeia é o próprio Deus.

Considerando-se a lepra como praga, cria-se um jogo segundo o qual o leproso é merecedor desta punição, uma vez que para sofrer a mesma, alguma culpa deve estar presente em sua vida. Nessa perspectiva, ele foi marcado para que outros não cometam semelhantes delitos contra a figura de Deus. Esse efeito de sentido também aparece na atualidade, mesmo que reconfigurado, vinculado tanto ao termo lepra quanto à palavra hanseníase. Inclusive, muitas vezes, os próprios indivíduos adoecidos associam sua doença a certa noção de pecado, parecendo-lhes que merecem passar por tal calvário, como forma de expiação da culpa, para que possa haver a purificação. Essa auto-culpabilização pode ser verificada nas falas de hansenianos no estudo de Silveira *et al.* (2014, p. 523-524), que são expostas a seguir:

eu tenho que aceitar o que Deus mandou pra mim, uai, Deus mandou pra mim, então não vou falar nada. E assim vou levando a vida, não é? se eu for ficar triste por causa disso, eu sei que minha situação vai piorar” e “uma doença que é dada por Deus [...].

No que diz respeito à relação entre os termos “lepra” e “hanseníase”, esclarecemos que, no hebraico, a palavra *tsara’at* (traduzida por lepra, na Bíblia) pode fazer alusão a qualquer problema sério na pele ou no couro cabeludo, tanto que, discussões rabínicas relacionam esse termo a aproximadamente setenta e duas doenças, dentre as quais estaria incluída a hanseníase (RADMACHER; ALLEN; HOUSE, 2010). Assim, assumindo o texto bíblico como texto funda-

dor, vemos que é possível realizar uma associação, a partir do conhecimento da Bíblia, entre a noção de lepra e a de hanseníase, ou, mais especificamente, verificar que esta associação configura o encontro de uma memória com uma atualidade. Dessa forma, a doença cientificamente conhecida fica vinculada a uma maldição bíblicamente descrita. A própria prática médica, historicamente, parece coadunar com as práticas ritualísticas da Bíblia no que se refere à lepra, embora não convoquem diretamente o texto bíblico como justificativa. Como exemplo dessa relação, um dos relatórios da Comissão de Profilaxia da Lepra, em 1915, “propôs que o Estado criasse mecanismos de um combate mais efetivo de cerceamento aos doentes, impedindo-os, inclusive, de exercerem determinadas profissões e de se casarem, que o isolamento fosse feito em leprosários” (ALVES; FERREIRA; FERREIRA, 2014, p. 24). Em termos de código linguageiro, apenas em 1976 o termo hanseníase substituiu oficialmente a denominação lepra no Brasil, isto visando minorar o estigma ao doente⁷. Destacamos, no entanto, que, apesar da proibição legal em utilizar o termo lepra para informar/discutir a hanseníase nos documentos oficiais da área de saúde no Brasil, o termo ainda é largamente utilizado mundialmente, como pode ser verificado em um site de informe da Organização das Nações Unidas que por meio do efeito metafórico produz um deslizamento de sentido entre os termos lepra e hanseníase ao longo de suas publicações (EDGAR JÚNIOR, 2016).

É interessante notar, no entanto, que, apesar de ter havido um mecanismo legal que substituiu, nos meios oficiais, um termo pelo outro, lepra por hanseníase, isso não produziu o apagamento das relações de sentido entre esses dois termos, uma vez que o vínculo entre lepra e hanseníase continua discursivamente marcado. Assim, verificamos que a relação entre esses dois termos pode ser explicada com base no efeito metafórico⁸, conforme explicitado em Pêcheux (2014[1969]) e exemplificado no parágrafo anterior. Ainda de acordo com a noção de efeito metafórico, há pelo menos um discurso no interior do qual os termos lepra e hanseníase podem ser substituídos um pelo outro sem mudar a interpretação deste mesmo discurso. Por exemplo, no discurso médico-científico atual, os termos não são plenamente substituíveis, ao menos no Brasil, no entanto, nesse mesmo discurso, considerada a década de 30 do século XX, a substituição ocorre. Já, no discurso religioso, o efeito metafórico funciona a partir de uma substituição quase que total, associando a praga bíblica à doença hanseníase em todos os casos, talvez até como uma maneira de reforçar, lançando mão de um elemento do discurso médico-científico, que os milagres podem dar resposta a um problema da ciência, o que associa as curas divinas a uma doença tida como temida por médicos e doentes.

Vejamos, agora, enunciados bíblicos que mostram que deve haver uma figura de auto-ridade que identifique a lepra:

Excerto 6: E o sacerdote examinará a praga na pele da carne; se o pelo se tornou branco, e a praga parecer mais profunda que a pele de sua carne, é praga

de lepra; o sacerdote, verificando isto, o declarará imundo (Lv 13,3).

Excerto 7: Mas, se a mancha na pele de sua carne for branca, e não parecer mais profunda que a pele, e o pêlo não se tornou branco, então o sacerdote encerrará por sete dias aquele que tem a praga (Lv 13,4).

Aqui, o texto bíblico apresenta, em sua materialidade, a figura do sacerdote como indivíduo capaz de identificar se a marca daquele que se apresenta à avaliação é ou não lepra. Verificamos, assim, que há um lugar de autoridade a ser ocupado em certa ordem do discurso sobre a lepra, o lugar de quem enuncia à sociedade que nela está presente mais um leproso. No discurso religioso, aqui pautado no texto bíblico, essa figura é a do sacerdote, alguém tido como fiel à vontade divina e como representante das leis de Deus. Dele é o papel de declarar que a lei divina foi infringida e que, por isso, o que lhe é apresentado é alguém sentenciado pelo próprio Deus.

Esse lugar de autoridade, responsável por dizer se a lepra está ou não presente, é, na atualidade, ocupado pelo discurso científico, através da figura do médico, aquele que, na contemporaneidade, enuncia se alguém tem ou não hanseníase e apresenta à sociedade, por meio do diagnóstico, a realidade da doença.

Esta presença na sociedade autoriza o sacerdote da Bíblia a identificar publicamente a figura do “imundo”, como mostram os enunciados abaixo:

Excerto 8: [...] o sacerdote, verificando isto, o declarará imundo (Lv 13,3)

Excerto 9: [...] o sacerdote o declarará imundo; é lepra (Lv 13,8).

Excerto 10: [...] por todos os dias em que a praga estiver nele, será imundo; imundo é; habitará só; a sua habitação será fora do arraial (Lv 13,46).

Os excertos mostram que o indivíduo que fora identificado, pelo sacerdote, como marcado por esta praga, logo leproso, também é caracterizado como imundo. E, se é imundo, deve buscar uma forma de se purificar, provavelmente da culpa que o sentenciou a tal praga. Aqui, o termo “imundo” retoma e reconfigura uma memória relacionada à sujeira, falta de limpeza, imundície. Nesse caso, o pecado é visto como uma imundície e o pecador como imundo. Vemos, mais uma vez, a associação entre lepra e pecado, que agora se estabelece pela relação dessas duas palavras com uma terceira: “imundo”/“imundície”. Nesse caso, continua funcionando o efeito metafórico, pois o termo “leproso” encontra-se em relação metafórica com o termo “imundo”; bem como o termo “lepra” está em relação metafórica com o termo “imundície”.

A partir da relação metafórica entre “lepra” e “imundície”, é possível explicar o isolamento que é imputado ao leproso, pois, uma vez declarado leproso, o sujeito é considerado imundo e, como tal, deve habitar só e longe do convívio comum com aqueles que não são imundos. No contexto bíblico de Levítico 13, vemos ainda que qualquer pessoa que apresentasse sintomas da doença era julgada como leproso, mesmo se os sintomas fossem causados por qualquer outra do-

ença. A questão é que não era possível distinguir entre a lepra e qualquer outra doença de pele que apresentasse alguma característica similar, como vitiligo, por exemplo. Com base nos relatos bíblicos acerca da lepra e do leproso podemos entender o porquê da hanseníase, termo cientificamente contemporâneo à lepra bíblica, ter sido exaustivamente associado a uma cultura higienista que marcava o indivíduo e o sentenciava a, mesmo que não fosse afastado de seu convívio em sociedade, permanecer em certo isolamento, com seus utensílios domésticos separados e mesmo dormindo distante dos demais familiares. Tal cultura é, em certa medida, uma transformação do costume bíblico de banir os indivíduos; poderíamos até dizer que se trata de uma reconfiguração do isolamento do indivíduo proposto no texto bíblico. Não se pode dizer que é o mesmo isolamento, pois, no caso da cultura higienista, o indivíduo não é afastado da cidade e do convívio com todos os demais. Contudo, separar seus utensílios implica em certo banimento que agora ocorre em relação não mais às cidades, mas a seu próprio lar. Assim, sua presença física não é excluída por completo do contato com o outro, mas seu contato direto é evitado, a fim de impedir que aqueles que não são leprosos, ou “imundos”, tornem-se iguais ao leproso.

Devido à possibilidade de enfrentar esse banimento do convívio, no contexto bíblico, a tendência natural dos indivíduos com suspeita de lepra “era evitar procurar os homens de Deus quando havia algum problema deste tipo” (RADMACHER; ALLEN; HOUSE, 2010, p. 230). No entanto, dada a possibilidade de impureza do indivíduo, o que implicaria não apenas uma impureza física, mas também, como vimos, cerimonial, tendo como consequência o afastamento da presença de Deus e dos ritos religiosos; caso os indivíduos com tais suspeitas não se apresentassem ao sacerdote por conta própria, sua família e seus líderes seriam responsáveis por fazê-lo a fim de manter a ordem cerimonial na sociedade de então (RADMACHER; ALLEN; HOUSE, 2010). Vemos, assim, que as práticas sanitaristas funcionam, em certa medida, relacionadas a uma memória do texto bíblico, pois, em ambos os casos, há formas de isolar o sujeito doente. Nesse sentido, mesmo que o discurso médico-científico não se valha diretamente do discurso religioso, aquele é, em alguma medida, atravessado por este. Assim, essa memória de preservação da pureza e de busca dos imundos para conservar a comunidade dos limpos explica algumas práticas de busca de casos de hanseníase, algumas vezes recorrendo-se à força policial, ao isolamento compulsório e ao afastamento de famílias inteiras. Tudo isso em nome de uma suposta preservação da pureza da sociedade, que busca afastar do seu convívio tudo que possa contaminá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bases de construção de certo discurso sobre a lepra, com relação ao discurso religioso, estão pautadas em um texto fundador, Levítico 13, o qual institui sobre o povo judeu uma série de normas acerca de como lidar com a suspeita de lepra, bem como de quem pode fazê-lo. Desta forma, alguns efeitos de sentido acerca da lepra, que funcionam no texto de Levítico, ainda produzem certos

efeitos na atualidade: a lepra é uma praga, ela marca a carne, deve haver uma figura de autoridade que a identifique e esta representa a voz de Deus na terra; por outro lado, mas na mesma perspectiva, o leproso é um indivíduo imundo e deve ser excluído da convivência com os demais.

Ressaltamos ainda que, considerando o texto de Levítico como fundador, é possível compreender, por meio da análise dos efeitos metafóricos e parafrásticos, com base em Pêcheux (2014[1969]), uma série de discursos que envolvem o tema da hanseníase na contemporaneidade. Isso porque, como mostramos, em algumas situações, os termos lepra e hanseníase ainda são substituíveis, embora tenha havido, no Brasil, uma tentativa de apagamento do primeiro termo por força de medida legal.

Em síntese, analisar o tema da lepra a partir do texto bíblico, principal sustentáculo do discurso religioso cristão, enquanto texto fundador, é também uma forma de compreender as práticas discursivas da atualidade em relação à hanseníase, com base em certa memória discursiva, a qual é retomada e reconfigurada na contemporaneidade por meio de diferentes práticas, tanto internas quanto externas ao campo religioso como as práticas sanitárias e medidas de saúde pública.

THE MEMORY OF LEPROSY IN THE RELIGIOUS FOUNDER DISCOURSE

Abstract: *from the understanding that religious discourse is a constituent discourse and that the term leprosy, associated with a contemporary disease, Hansen's disease, often circulates within this discourse, we discuss in this article how the term leprosy circulates conferring multiple meanings in order to constitute a certain memory. In order to verify which discourses are materialized from the religious field in relation to leprosy and guide, by memory, public health practices in contemporary times, we developed our analysis from the biblical text of the book of Leviticus in its thirteenth chapter.*

Keywords: *Leprosy. Religious Discourse. Founder Discourse. Memory.*

Notas

- 1 A noção de efeito de sentido está intimamente relacionada à noção de discurso e corresponde aos valores atribuídos pelo discurso ao significado em língua (CHARADEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 179).
- 2 Para entender a expressão “condições de possibilidade”, remetemos à obra *A Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault (2014[1969]), especialmente quando, no referido texto, o autor discute as Regularidades Discursivas. A respeito das condições de surgimento de certo objeto de discurso, o autor nos convida a pensar sobre as condições históricas para que desse objeto se possa dizer alguma coisa, e para que, também em relação ao objeto, várias pessoas possam dizer coisas diferentes. Discute ainda as condições para que um objeto estabeleça relação de aproximação e de distanciamento em relação a outros objetos. Estas condições mostram que nem tudo pode ou deve ser dito a qualquer instante sobre

qualquer objeto, mas há condições para que se estabeleça o que é dito e validado em certo momento histórico a partir de um objeto de discurso em questão.

- 3 Quando nos referimos à utilização de bíblias em diferentes versões esclarecemos que, para o desenvolvimento deste artigo, foram consultadas Bíblias nas versões Ferreira de Almeida Corrigida e Fiel, Ferreira de Almeida Revista e Corrigida e Ferreira de Almeida Revista e Atualizada. No que tange ao que chamamos de Bíblias direcionadas ao protestantismo deve-se entender que as versões utilizadas não dispõem em seu cânon dos seguintes livros: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, I e II Macabeus, bem como adições aos livros de Ester e Daniel. Desta feita deve-se considerar que quaisquer análises aqui empreendidas não incluirão possíveis textos sobre a lepra contidos nos mesmos, conhecidos pelos cristãos protestantes, em seu conjunto, como livros ou textos deuterocanônicos.
- 4 Ainda segundo Maingueneau (2008), “O *archeion* associa assim intimamente o trabalho de *fundação* no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um *corpo de enunciadores consagrados* e uma gestão de *memória*” (MAINGUENEAU, 2008).
- 5 Nas palavras de Archanjo e Archanjo (2016), na primeira metade do século XX, as autoridades parintinenses, influenciadas pela onda de modernização das cidades, buscaram: higienizar, clarear, deslamear, desodorizar, desinfetar e iluminar a cidade, ou mais especificamente, aformoseá-la. Para tanto, uma das medidas utilizadas foi a busca de casos de hanseníase para que os indivíduos fossem devidamente e compulsoriamente isolados. Para uma discussão mais aprofundada acerca das medidas que foram adotadas pelo poder público nesta cidade no que tange ao tema da lepra/hanseníase, consultar Archanjo e Archanjo (2016).
- 6 O que aqui chamamos de acontecimento, quando nos referindo ao texto bíblico de Levítico, está relacionado a diferentes situações que, conforme entendemos, parecem servir como instauradores de sentido, como enunciar que o leproso é imundo, que deve ser excluído e que sua doença é oriunda do pecado. Estes acontecimentos, defendemos aqui, instauram sentidos que persistem, ou, poderíamos dizer, que se inscrevem na memória.
- 7 Para uma discussão mais aprofundada sobre a utilização do termo lepra, bem como das transformações históricas que ocorreram no Brasil no que se refere ao lidar com a hanseníase, consultar Alves, Ferreira e Ferreira (2014).
- 8 Outra possibilidade seria analisar o termo lepra com base na noção de efeito metonímico. Para tanto, consideraríamos a lepra como o termo mais abrangente, uma espécie de hiperônimo de outros termos, tais como hanseníase, imundície, etc. Nesse caso, estaríamos diante de uma metonímia, segundo a qual esses termos supostamente homônimos seriam a parte de um todo mais abrangente, materializado no/pelo lexema “lepra”. Contudo, defendemos que a noção de efeito metafórico responde melhor a perspectiva propriamente discursiva, como a que assumimos neste artigo. A noção de metonímia e/ou de efeito metonímico está mais associada a uma perspectiva semântica ou a uma perspectiva de cunho psicanalítico. Para uma discussão mais aprofundada sobre efeitos metafóricos e metonímicos, consultar Cassana (2017).

REFERÊNCIAS

ALEX0709. *O leproso e o padre*. 2019. Disponível em: <https://www.piadas.com.br/piadas/humor/o-leproso-o-padre>. Acesso em: 31 out. 2019.

- ALVES, E. D.; FERREIRA, T. L.; FERREIRA, I. N. *Hanseníase: avanços e desafios*. Brasília: NESPRON, 2014.
- ARCHANJO, P. C. V.; ARCHANJO, E. C. O. F. Segregar para higienizar: banimento e isolamento dos hansenianos da cidade Parintins - AM, no século XX. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Grupo Eumed.net (Universidad de Málaga), n. 2016-03, p. 1-8, mar. 2016.
- BÍBLIA. *Bíblia de Estudo Scofield*: contendo o antigo e o novo testamento. Texto Bíblico Almeida, Corrigida, Fiel (ACF). São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2009.
- CASSANA, M. F. Os Deslizaamentos de Sentido: Efeitos Metafóricos e Metonímicos no Discurso do Corpo. *Letras Escreve*, Macapá - AP, v. 7, n. 1, p. 33-58, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/2999>. Acesso em: 15 out. 2017.
- CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- COURTINE, J.-J. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. 1. ed. São Carlos - SP: EdUFSCar, 2014[1981].
- EDGAR JÚNIOR. *OMS lança estratégia global para acabar com a hanseníase*. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/04/1548341-oms-lanca-estrategia-global-para-acabar-com-hanseniase>. Acesso em: 2 jan. 2017.
- FONSECA-SILVA, M. da C. *Mídia e Lugares de Memória Discursiva*. In: FONSECA-SILVA, M. da C.; POSSENTI, S. (org.). *Mídia e Rede de Memória*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 11-37.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014[1969].
- MAINGUENEAU, D. A noção de hiperenunciador. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 10, n. 10, p. 75-97, 2005.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L'analyse des discours constitutants. *Langages*, Lyon/França, v. 29, n. 117, p. 112-125, 1995.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso*. 5. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2014[1969]. p. 59-158.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008[1983a].
- PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015[1983b]. p. 43-51.
- RADMACHER, E. D.; ALLEN, R. B.; HOUSE, H. W. *O Novo Comentário Bíblico - Antigo Testamento*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2010.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/programas/hanseníase-1/lepra-x-hanseníase>. Acesso em: 27 nov. 2015.

SILVEIRA, M. G. B. *et al.* Portador de hanseníase: impacto psicológico do diagnóstico. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 517-527, 2014.

STRONG, J. Dicionário Hebraico do Antigo Testamento de James Strong anotado pela AMG. *Bíblia de Estudo Palavras Chave. Hebraico e Grego. Contendo o antigo e o novo testamento*. Texto Bíblico Almeida Revista e Corrigida, ed. 2009. Rio de Janeiro, RJ: CPAD, 2011. p. 1499-2012.